
Camarões e Serra Leoa: mulheres se levantam contra a Socfin

As comunidades tradicionais, e especialmente as mulheres nessas comunidades, vêm denunciando há décadas as graves violações que a Socfin, a corporação multinacional que opera plantações industriais de seringueiras e de dendê em diversos países da África Ocidental, lhes inflige. As mobilizações e a resistência inabalável das mulheres nas comunidades cujas terras foram invadidas pela Socfin infligiram um duro golpe econômico à empresa. Em fevereiro deste ano, o Fundo de Pensões Estatal da Noruega, o maior fundo soberano de pensões do mundo, vendeu sua participação no Grupo Bolloré, um dos principais acionistas do Grupo Socfin. A decisão do fundo de pensões norueguês segue uma medida semelhante tomada pelo maior fundo de pensões da Suíça, o BVK.

O Grupo Socfin foi fundado em 1909 e controla cerca de 370.000 hectares de terra em oito países africanos e dois países asiáticos para a produção industrial de dendê e de seringueiras. (1) A lista de acusações contra várias subsidiárias da Socfin nesses países é longa e grave: grilagem de terras, violência sexual contra mulheres e meninas por parte de trabalhadores da empresa e de homens que trabalham como guardas nas plantações, restrição da liberdade de movimento das comunidades rodeadas pelas plantações, assédio, violência, intimidação, bem como contaminação das águas e dos solos.

Por todos esses motivos, a Associação de Mulheres Vizinhas da Socapalm Edéa (AFRISE) é enfática sobre a decisão do fundo norueguês: "Já era hora de os investidores tomarem medidas contra a Socfin e a Bolloré". O apelo foi feito em um comunicado de imprensa coletivo, assinado por 32 organizações, para divulgar a decisão do Fundo de Pensões Estatal da Noruega e encorajar outros investidores a seguirem caminhos semelhantes. (2)

As mulheres da AFRISE sabem bem do que estão falando. A AFRISE vem se organizando há anos para resistir às violações que as mulheres sofrem em suas próprias terras pelos representantes da subsidiária camaronesa da Socfin, a Socapalm. A Socapalm, certificada pelo sistema internacional de certificação Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO, pela sigla em inglês), apesar de todas as acusações contra ela, controla quase 60.000 hectares de plantações industriais de dendê em Camarões. Grande parte desta área foi grilada ou tomada à força de comunidades tradicionais. Este é o caso da comunidade de Apouh à Ngog, em Édea. Ali, a Socapalm ocupa há mais de 40 anos de forma irregular as terras que tomou de empresas que, por sua vez, grilaram terras no período colonial. (3)

Em 2023, a AFRISE lançou uma petição internacional como parte de uma campanha para recuperar o seu território e impedir que a Socapalm retomasse as suas plantações industriais de dendê ao redor das casas e túmulos ancestrais da comunidade. (4) Na ocasião, as mulheres da organização afirmaram: "Não temos vida aqui. Porque a vida sem terra não é nada. Queremos a terra para poder sobreviver", e concluem: "Vivemos como estrangeiras em nossa própria terra. Eles têm liberdade, mas nós não somos livres." (5)

As consequências disso são severas, especialmente para as mulheres, para quem a coleta e o processamento do óleo de dendê é uma prática tradicional e essencial para sustentar suas famílias. "Nós, mulheres, estamos sendo abusadas por esta empresa, estamos sendo realmente abusadas por conta da situação diária de nossas vidas, a situação que nos deixa fragilizadas, que nos leva a ir

às plantações buscar nozes de dendê caídas”, denuncia a AFRISE. Em uma carta enviada ao então presidente de Camarões, como parte da mesma campanha, as mulheres da AFRISE descreveram a gravidade de sua situação: “Negociamos a entrada na plantação entregando nossos corpos aos guardas da Socapalm, que impõem isso como condição para o acesso à terra. Como ladras e escravas sexuais por gerações, perdemos nossa dignidade como mulheres ao perdermos nossos direitos mais básicos. Somos regularmente vítimas de muitos outros abusos e violência devido à presença desta empresa na terra dos nossos antepassados”. (6)

Sem respostas institucionais para suas reivindicações, a AFRISE decidiu seguir por conta própria a luta pelo seu território. Em janeiro de 2025, as mulheres plantaram alimentos, como bananas e feijões, em aproximadamente 35 hectares de terra que recuperaram depois que a Socapalm desmatou o terreno para renovar sua plantação. Com determinação e amplo apoio internacional, a comunidade bloqueou máquinas pesadas e enfrentou dura repressão das forças armadas, até que autoridades e as forças militares do Governo de Camarões e suas forças militares entraram em cena para defender os interesses da Socfin. (7) A comunidade pode ter tido que recuar da área que retomaram, mas a luta dessas mulheres segue.

As violações que as mulheres de Apouh à Ngog enfrentam diariamente estão longe de ser uma exceção. Muitas mulheres situações semelhantes em outros países e também para defender os seus direitos e denunciar o Grupo Socfin e as violações ligadas às operações de plantação da empresa. (8) É o caso das mulheres de Malen, no sul de Serra Leoa. Desde que chegou à região em 2011, a Socfin arrendou terras em larga escala por meio de um processo violento que impactou aproximadamente 52 comunidades e mais de 32.000 pessoas que vivem na área. Onde antes viviam comunidades, hoje existem mais de 12.000 hectares de plantações de dendê. (9)

Hannan Deen, presidente da Associação de Proprietários e Usuários de Terras de Malen (MALOA), relembra uma época de dignidade e autossuficiência, quando viviam em paz e tinham comida suficiente proveniente de suas fazendas. Mas desde que a terra foi tomada pela Socfin, a vida, especialmente para as mulheres, tornou-se muito difícil. “Em certo momento, até consideramos mudar de local porque temíamos por nossa segurança, mas em vez de ir embora, decidimos ficar e nos organizar. Foi assim que formamos a MALOA para defender os nossos direitos”, explica Hannan Deen num documentário produzido em parceria com a organização Rede de Mulheres Contra a Injustiça nas Plantações Rurais. (10) Nesse mesmo vídeo, Aminata Faba, uma líder comunitária, explica que uma das principais atividades da MALOA é alertar sobre as Leis dos Direitos à Terra, uma legislação adotada pelo governo da Serra Leoa em 2022 que fortalece os direitos da comunidade à terra. Aminata lembra da recusa do chefe de sua aldeia em vender as terras da comunidade. “Não há terras à venda!”, teria dito ele e, por conta disso, foi preso e acusado de traição. Como as mulheres explicam no documentário, isso acontece com muitos proprietários de terras que se recusam a vender ou alugar suas terras para as corporações multinacionais: eles são coagidos, às vezes por meio de força física, a ceder suas terras para as plantações de dendê da empresa.

Enfrentar os interesses de uma multinacional como a Socfin pode ser intimidante, especialmente quando se é mulher. O documentário inclui relatos de várias mulheres de Malen que estão defendendo os direitos de suas comunidades e de mulheres que sofreram assédio e abuso enquanto trabalhavam para a Socfin. A resposta da empresa sempre foi a mesma: negar qualquer irregularidade, perseguir e criminalizar indivíduos.

Aminata Sowa, ex-chefe da cidade de Sinjo Malen, fala sobre momentos de tensão após levantar a voz contra as injustiças perpetradas por Socfin e sobre ter que superar o medo: “Fui suspensa [do meu cargo] simplesmente por defender a justiça e os direitos das nossas mulheres. E ela continua: “Descobri que aqueles que se opõem à empresa foram colocados na lista de pessoas sujeitas a açoitamento público. Temendo por minha segurança, fugi de Malen. Deixei meus filhos para trás;

essa separação causou muito sofrimento à minha família”.

Gadi Rut Maguna teve uma experiência semelhante. Ela era a Secretária de Recursos Humanos e Presidente da Comissão de Igualdade de Gênero que respo: "Sim, eu trabalho para a Socfin, mas estou lado dos trabalhadores porque sou uma deles. (...) Se eu falhar em defender os direitos deles, isso afetará a todos nós agora e no futuro". Gadi Maguna relata que as mulheres trabalhavam exaustivamente sem ter quaisquer direitos garantidos. "Como presidente da Comissão de Igualdade de Gênero, eu também tinha um dever com as diversas mulheres afetadas. Mantive minha posição, exigi justiça para as trabalhadoras", explica ela no documentário. Ela foi demitida e, após entrar com uma ação judicial contra a Socfin exigindo seus direitos trabalhistas, foi processada pela empresa. Ela chegou a ser presa e teve sua libertação condicionada à retirada das acusações, mas recusou e permaneceu firme em sua busca por justiça. Após oito dias detida, uma massiva intervenção das mulheres da região em apoio a ela fez com que fosse libertada. Mas o processo da Socfin contra Gadi se arrasta há 5 anos.

Em Malen, assim como em Apouh à Ngog, a principal luta das mulheres é pela terra. Jenebra Samai, uma moradora local que foi espancada por defender interesses contrários aos da Socfin, relata: "Desde que nossas terras foram tomadas, a vida tem sido extremamente difícil. Ela nos ajuda a imaginar a gravidade do que eles vivenciam diariamente: "Imagine que algumas crianças vieram passar férias, foram colher frutos de para comer enisso, são pegas, apanham, inclusive suas mães". Comenta explicando o motivo que leva as mulheres a s forçadas a coletar os frutos de dendê deixados no chão dentro das plantações após a colheita – uma ação que a empresa e as autoridades estatais declararam ilegal e que está causando violência e abusos nas plantações da Socfin na África Ocidental e Central. "Porque se você não comer durante dias, o que vai esperar?", explica ela. O documentário apresenta histórias de várias pessoas que foram presas e agredidas por colherem dendê em áreas que a Socfin alega pertencerem à empresa. Jenebra descreve o que muitos cujas terras foram tomadas pelos Socfin vivenciam: "Em Malen, é insuportável". "Não temos mata, não temos meios de sobrevivência e não temos para onde ir", explica.

O Grupo Socfin tem trabalhado para se distanciar dessas alegações. Para esse fim, a empresa chegou a contratar a Earthworm, uma ONG especializada em limpar a imagem de empresas envolvidas em violações de direitos tão graves quanto as da Socfin. Os relatórios da Earthworm listam e reconhecem alguns dos conflitos relatados, sem fazer nada de concreto para resolvê-los. (11) A estratégia da Socfin ao contratar a Earthworm parece ter sido, acima de tudo, ganhar tempo, a impressão de que algo está sendo feito e, ao aparentar tomar medidas para resolver os conflitos de longa data com as comunidades, evitar, ou pelo menos atrasar, a ação dos acionistas, como a decisão do fundo de pensão estatal norueguês de vender sua participação na empresa Bolloré devido aos conflitos contínuos com as comunidades.

Na Libéria a multinacional também tem causado conflitos de longa data com as comunidades em relação à terra. A Earthworm também preparou um relatório sobre os conflitos entre as subsidiárias da Socfin no país, Salala Rubber Corporation (SRC) e Liberia Agriculture Company (LAC), e as comunidades por conta das plantações da SRC e da LAC. "Os relatórios descrevem um progresso que simplesmente não existe", disse um líder comunitário sobre os relatórios do projeto Earthworm para os anos de 2024-2025. "O que vivenciamos diariamente é abuso, negligência e intimidação." (12)

“Durante muito tempo, o Grupo Bolloré alegou não ser responsável pelos abusos que enfrentamos nas proximidades das plantações da Socfin e, como resultado, os abusos continuaram. Isso não pode continuar”, exige a AFRISE em comunicado coletivo à imprensa, em reação à decisão do fundo de pensões estatal norueguês de vender suas ações do Grupo Bolloré. A referência feita ao grupo francês Bolloré, vale também para o acionista majoritário da Socfin, a família belga Hubert Fabri – juntos, eles detêm 93 por cento das ações da multinacional.

Referindo-se à luta das mulheres de Malen e fazendo eco a muitas outras que lutam pelos seus direitos violados pela Socfin, Aminata Sowa afirma: “Agora entendemos: a terra é vida. Estamos sendo punidos por defender essa verdade. As mulheres continuarão a lutar pelos seus direitos e pelos seus territórios, apelando aos investidores e financiadores internacionais da empresa para que políticas corporativas com vida e parem de financiar e lucrar com empresas que violam os direitos das comunidades, os direitos das mulheres aos seus corpos e o seu direito à terra.

Secretariado Internacional da WRM

Referências:

- (1) O Grupo Socfin está presente, através de várias subsidiárias, nos seguintes países africanos: Camarões, Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Serra Leoa, Libéria, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe. E nos seguintes países asiáticos: Camboja e Indonésia. Para mais informações socfin.com/en/
- (2) Farmland Grab, 2026. [Norwegian pension fund dumps Bolloré for human rights violations at plantations](#)
- (3) WRM, 2024. [Camarões: A resistência contra as operações de replantio da SOCAPALM é fértil!](#)
- (4) WRM, 2023. [Apoie as mulheres de Camarões que resistem às plantações de dendezeiros!](#)
- (5) WRM, 2023. [Camarões: Testemunhos de mulheres que reivindicam as suas terras](#)
- (6) Farmland Grab, 2023. [Letter from the women neighbouring Socapalm Edéa to President Paul Biya](#)
- (7) WRM, 2025. [Comunidades se levantam contra a apropriação de terras e a violência do Estado](#)
- (8) WRM, 2020. [Violência e abuso sexual contra mulheres em plantações industriais de dendê](#); e [Bloomberg, 2025. The Rubber Barons](#) ; e [La responsabilité des multinationals, 2025. Exploitation sexuelle, expulsions et pollution autour des plantations de Socfin](#)
- (9) Fian, 2019. [Land Grabbing for Palm Oil in Sierra Leone - Analysis of the SOCFIN Case from a Human Rights Perspective](#)
- (10) Women’s Network Against Rural Plantations Injustice and Spaceman Media Consortium, 2026. Assista ao vídeo [aqui](#)
- (11) WRM, 2025. [ONGS a serviço da pilhagem de territórios: o caso da Fundação Earthworm](#)